



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 250,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresnanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano	
	As três séries	Kz: 611 799.50
	A 1.ª série	Kz: 361 270.00
	A 2.ª série	Kz: 189 150.00
	A 3.ª série	Kz: 150 111.00

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 223/15:

Aprova o Estatuto Orgânico do Gabinete para Administração das Bacias Hidrográficas do Cunene, Cubango e Cuvelai. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

Decreto Presidencial n.º 224/15:

Aprova a abertura do crédito adicional no montante de AKz: 14.071.605.539,95 para o pagamento das facturas relacionadas com o contrato de regularização e legalização imobiliária para o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

Despacho Presidencial n.º 131/15:

Aprova as minutas dos Contratos de compra e venda de equipamentos, peças sobressalentes e para prestação de serviço de instalação e formação para equipar um centro nacional e três centros regionais de coordenação marítima, instalar diversas estações radares, repetidores e meios de comunicação na costa angolana, entre o Ministério da Defesa Nacional e a Empresa Selex Ess. P.A. no montante equivalente em Kwanzas a Euros de 115.000.000,00, e de compra e venda de 2 embarcações de patrulha ultra rápidos commander 40, peças sobressalentes, ferramentas e serviços de formação, entre o Ministério da Defesa Nacional e a Empresa Whitehead Sistemi Subacquei S.P.A. no montante equivalente em Kwanzas a Euros de 7.275.600,00 e autoriza o Ministro da Defesa em representação do Estado Angolano a celebrar os referidos contratos, com a faculdade de subdelegar.

Despacho Presidencial n.º 132/15:

Autoriza a abertura do Concurso Limitado por Prévia Qualificação e aprova o Programa de Procedimentos dos Concursos para a Construção, Reabilitação e Reforço do Sistema de Abastecimento de Água, e cria a Comissão de Avaliação dos referidos concursos.

Despacho Presidencial n.º 133/15:

Autoriza a abertura do Concurso Limitado por Prévia Qualificação e aprova o Programa de Procedimentos dos Concursos para o apetrechamento, ampliação, construção e reabilitação de Hospitais e Centros Médicos, e cria a Comissão de Avaliação dos referidos concursos.

Despacho Presidencial n.º 134/15:

Autoriza a abertura do Concurso Limitado por Prévia Qualificação e aprova o Programa de Procedimentos dos Concursos para a Reabilitação de Estradas e cria a Comissão de Avaliação dos referidos concursos.

Despacho Presidencial n.º 135/15:

Autoriza a abertura do Concurso Limitado por Prévia Qualificação e aprova o Programa de Procedimento dos Concursos para a Construção da 3.ª fase do Perímetro Irrigado do Missombo 1000 Hectares, de

Calueque 1400 Hectares e de Capanda (1.ª fase) 13.500 Hectares, e cria a Comissão de Avaliação dos referidos concursos. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

Despacho Presidencial n.º 136/15:

Autoriza a abertura do Concurso Limitado por Prévia Qualificação e aprova o Programa de Procedimentos dos Concursos para a ampliação do Aeroporto de Cabinda, construção de um quebra mar para o terminal de Cacuo, construção e apetrechamento de um terminal terrestre Cacuo e um terminal terrestre Panguila, cria a Comissão de Avaliação dos referidos Concursos e delega competência à Unidade Técnica de Negociação para aprovação das peças, verificação da validade e da legalidade de todos os actos praticados no âmbito do procedimento, nos termos da Lei da Contratação Pública.

Despacho Presidencial n.º 137/15:

Autoriza a abertura do Concurso Limitado por Prévia Qualificação e aprova o Programa de Procedimentos dos Concursos para a Construção das Infra-Estruturas Integradas de Cacuo, das Cidades do Cuito e Cunje-fase 1 e Intervenção nas Infra-Estruturas integradas da Cidade do Uige e cria a Comissão de Avaliação dos referidos concursos.

Despacho Presidencial n.º 138/15:

Autoriza a abertura do Concurso Limitado por Prévia Qualificação e aprova o programa de Procedimentos dos Concurso para a Construção da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Cuito Cuanavale - Xangongo e do Instituto Superior de Ciências da Educação do Cuanza-Sul, e cria a Comissão de Avaliação dos referidos concursos.

Ministério da Comunicação Social

Decreto Executivo n.º 692/15:

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística. — Revoga o Decreto Executivo n.º 70/07, de 22 de Junho.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 223/15
de 23 de Dezembro

Havendo necessidade de se aprovar o Estatuto Orgânico do Gabinete para Administração das Bacias Hidrográficas do Cunene, Cubango e Cuvelai, de acordo com as regras de organização, estruturação e funcionamento dos Institutos Públicos, estabelecidas pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/13, de 25 de Junho;

5.º — O Presidente da Comissão de Avaliação deve remeter à Unidade Técnica de Negociação o relatório final para a conclusão do procedimento referido no número anterior, após a avaliação final das candidaturas e das propostas.

6.º — A Comissão extingue-se logo que esteja concluído o Concurso, para a qual foi criada.

7.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

8.º — O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 18 de Dezembro de 2015.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Despacho Presidencial n.º 138/15 de 23 de Dezembro

Havendo necessidade de se proceder à abertura de Concurso Limitado por Prévia Qualificação, nos termos dos limites de valor para a sua adopção previstos na alínea a) do artigo 25.º da Lei n.º 20/10, de 7 de Setembro — Lei da Contratação Pública, para projectos de investimentos públicos relacionados com o Sector do Ensino Superior;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com o artigo 34.º e com a alínea a) do n.º 1 do Anexo II da Lei da Contratação Pública, o seguinte:

1.º — É autorizada a abertura de Concurso Limitado por Prévia Qualificação e aprovado o Programa de Procedimento dos seguintes Concursos:

- a) Construção da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Cuito Cuanavale, Xangongo;
- b) Construção do Instituto Superior de Ciências da Educação do Cuanza-Sul.

2.º — É criada a Comissão de Avaliação do Concurso Limitado por Prévia Qualificação para avaliação dos projectos identificados no número anterior, constituída pelos seguintes membros:

- a) Paulo Sérgio Rabelais, Assistente da Unidade Técnica de Negociação — Presidente da Comissão;
- b) Edna Augusto, Jurista do Ministério das Finanças — Membro Efectivo;
- c) Zimwangna Temwena, Economista do Ministério do Ensino Superior — Membro Efectivo;
- d) João Maurício da Costa, Arquitecto do Ministério do Ensino Superior — Membro Efectivo;
- e) Indira Maiato, Economista do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial — Membro Efectivo;

f) Ndilu Makenda Nkula, Economista do Ministério do Ensino Superior — Membro Suplente;

g) Lalahinka Conceição de Queiroz, Perita em Aquisições Públicas — Membro Suplente.

3.º — A Comissão ora criada rege a sua actividade pelo estabelecido nos artigos 42.º, 43.º e 44.º da Lei da Contratação Pública.

4.º — É delegada competência à Unidade Técnica de Negociação para aprovação das peças, verificação da validade e da legalidade de todos os actos praticados no âmbito do procedimento, nos termos da Lei da Contratação Pública.

5.º — O Presidente da Comissão de Avaliação deve remeter à Unidade Técnica de Negociação o relatório final para a conclusão do procedimento referido no número anterior, após a avaliação final das candidaturas e das propostas.

6.º — A Comissão extingue-se logo que esteja concluído o Concurso, para a qual foi criada.

7.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

8.º — O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 23 de Dezembro de 2015.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS

MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Decreto Executivo n.º 692/15 de 23 de Dezembro

Havendo necessidade de se adequar o Regulamento Interno do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística ao novo Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com os artigos 5.º e 25.º ambos do Estatuto Orgânico, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 102/14, de 12 de Maio, determino:

ARTIGO 1.º (Aprovação)

É aprovado o Regulamento Interno do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, anexo ao presente Diploma do qual é parte integrante.

ARTIGO 2.º (Revogação)

É revogado o Decreto Executivo n.º 70/07, de 22 de Junho.

ARTIGO 3.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro da Comunicação Social.

ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)

Este Diploma entra em vigor na data da sua publicação.
Publique-se.

Luanda, a 1 de Dezembro de 2015.

O Ministro, *José Luís de Matos Agostinho*.

**REGULAMENTO INTERNO DO GABINETE
DE ESTUDOS, PLANEAMENTO E ESTATÍSTICA**

CAPÍTULO I
Da Definição e Dependência

ARTIGO 1.º
(Definição e dependência)

1. O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística é o órgão de assessoria geral e especial de natureza interdisciplinar, que tem como funções planificar e preparar as medidas de política e estratégia global do Sector, nos domínios de elaboração de projectos e planos orçamentados, bem como estudos e análises regulares sobre a execução geral da actividade de estatística e controlo das actividades de planificação do Ministério.

2. O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística depende directamente do Ministro e metodologicamente do órgão central do planeamento.

CAPÍTULO II
Das Atribuições e Competências

ARTIGO 2.º
(Das atribuições em geral)

1. O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística tem como função e atribuições genéricas as estabelecidas na legislação em vigor sobre a matéria.

2. Assim, constituem atribuições gerais do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística as seguintes:

- a) Elaborar e controlar o projecto do plano a nível sectorial, bem como controlar a sua execução;
- b) Elaborar o programa de investimentos públicos a nível sectorial e controlar a sua execução;
- c) Apoiar metodologicamente os órgãos de planificação, e estatísticas das empresas e órgãos de comunicação social públicos tutelados e sob superintendência, bem como das instituições dependentes;
- d) Participar na formulação de políticas e estratégias referentes ao desenvolvimento da comunicação social;
- e) Proceder à análise e avaliação do grau de execução dos planos de actividades dos serviços do Ministério;
- f) Desempenhar as demais funções que sejam acometidas por lei ou por determinação superior.

ARTIGO 3.º
(Das atribuições específicas)

1. Constituem atribuições específicas do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística as seguintes:

- a) Propor ao órgão central do planeamento, após a aprovação do Ministro, as linhas gerais e de base para o desenvolvimento integrado do Sector da Comunicação Social;
- b) Elaborar em coordenação com as empresas do Sector, Delegações Provinciais e Direcções Nacionais os objectivos para o desenvolvimento do Sector da Comunicação Social e propor aos órgãos centrais do Governo e do planeamento, após a sua aprovação pelo Titular do Sector;
- c) Elaborar em coordenação com os órgãos dos recursos humanos uma política geral de planificação de recrutamento, formação, colocação e promoção dos quadros do Sector;
- d) Orientar metodologicamente as empresas e organismos do Sector na base das normas definidas superiormente;
- e) Analisar as propostas dos projectos do plano e orçamentais das estruturas e empresas do Sector e na sua base, elaborar o consolidado sectorial e enviá-lo aos Órgãos Centrais do Planeamento e de Finanças nos prazos fixados após a sua aprovação pelo Titular da Comunicação Social;
- f) Controlar a execução dos projectos do plano e orçamentos, tendo em conta a utilização racional dos recursos matérias e financeiros;
- g) Receber dos distintos órgãos do Ministério os seus relatórios de execução dos projectos do plano, orçamental e financeiro, elaborar o correspondente relatório, consolidado e enviá-lo nas datas previstas aos Órgãos Centrais de Planeamento e Finanças, após aprovação do Titular da Comunicação Social;
- h) Proceder mensalmente ao controlo da quota financeira atribuída à Unidade Orçamental e caso necessário dar parecer sobre a sua utilização;
- i) Elaborar estudos de natureza diversa do Sector da Comunicação Social e orientar as empresas do Sector na realização de inquéritos e sondagens sobre a actividade da comunicação social;
- j) Velar pela correcta utilização dos orçamentos e plafonds atribuídos ao Sector;
- k) Acompanhar o processo de investimento, formação e manutenção dos meios fixos do Sector;
- l) Orientar e controlar metodologicamente as empresas e outros organismos do Sector;
- m) Acompanhar o desempenho macroeconómico da economia nacional e propor para nomeação superior, o pessoal necessário para o funcionamento do Gabinete.

ARTIGO 4.º
(Das competências do Director)

1. O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística é dirigido por um Director, equiparado a um Director Nacional, a qual compete:

- a) Organizar, dirigir e controlar as actividades de planeamento, estudos e processos estatísticos do Sector da Comunicação Social;
- b) Orientar e coordenar as actividades do departamento e outros órgãos dependentes do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística;
- c) Submeter à apreciação do Ministro os assuntos que dependem da sua decisão;
- d) Representar o Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística;
- e) Elaborar, orientar e supervisionar o plano de actividade da área;
- f) Assegurar a articulação com os Órgãos Centrais de Planeamento e de Finanças;
- g) Dar execução a todas as deliberações de que lhe for incumbido pelo Ministro;
- h) Nas suas ausências ou impedimentos, o Director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística é substituído por um Director de qualquer área do Ministério, a indicar.

CAPÍTULO III
Da Organização em Geral

ARTIGO 5.º
(Dos órgãos em geral)

1. O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística exercerá as suas funções por intermédio da seguinte estrutura organizativa:

- a) Departamento de Planeamento;
- b) Departamento de Estudos e Estatística;
- c) Departamento de Monitoramento e Controlo.

ARTIGO 6.º
(Do Departamento de Planeamento)

1. O Departamento do Planeamento é um órgão executivo do Gabinete ao qual compete:

- a) De acordo com as regras orientadoras dos Órgãos Centrais do Planeamento e das Finanças, dar a conhecer, através do Director, às empresas, Direcções Provinciais e outras estruturas do Sector, as normas e indicações gerais estabelecidas para elaboração das propostas dos projectos do plano e do orçamento e exigir o seu cumprimento nos prazos fixados;
- b) Elaborar a proposta dos projectos do plano e orçamento da estrutura central;
- c) Acompanhar e dar parecer sobre a elaboração das propostas do projecto do plano e do orçamento das empresas e outras estruturas da comunicação social;

- d) Elaborar o consolidado da proposta dos projectos do plano e orçamento do Sector;
- e) Acompanhar a execução física dos projectos;
- f) Elaborar os balanços sectoriais e o plano de distribuição dos meios e outros bens materiais postos à disposição do Sector, de acordo com a orientação do Ministro;
- g) Elaborar relatórios sobre a execução dos projectos do plano do Sector e submetê-lo à apreciação do Ministro, através do Director, enviando-o posteriormente aos Órgãos Centrais do Planeamento e das Finanças, observando a periodicidade e prazos fixados;
- h) Desempenhar as demais funções que lhe forem atribuídas.

ARTIGO 7.º
(Do Departamento de Estudos e Estatística)

1. O Departamento de Estudos e Estatística é um órgão executivo do Gabinete, ao qual compete:

- a) Efectuar estudos com vista à elaboração e definição dos indicadores do Sector da Comunicação Social;
- b) Fazer diagnósticos do Sector da Comunicação Social como base para uma correcta planificação e elaboração para desenvolvimento do Sector;
- c) Elaborar e propor normas modelos e paradigmas com vista a uniformizar a elaboração dos principais documentos, como relatórios e informação síntese;
- d) Analisar, efectuar estudos e o controlo estatístico relativamente à execução dos projectos e do orçamento;
- e) Analisar e executar o processamento da informação estatística do Sector;
- f) Orientar e acompanhar a realização de censos, inquéritos e sondagens que dizem respeito ao Sector;
- g) Desempenhar as demais funções que lhe forem atribuídas.

ARTIGO 8.º
(Do Departamento de Monitoramento e Controlo)

1. O Departamento de Monitoramento e Controlo é um órgão executivo do Gabinete, ao qual compete:

- a) Controlar e fiscalizar as actividades respeitantes a execução do Orçamento do Sector;
- b) Controlar os balanços sectoriais e o plano de distribuição dos meios e outros bens materiais, postos à disposição do Sector;
- c) De acordo com os relatórios financeiros enviados pelas empresas e outras estruturas do Sector, sobre a execução do orçamento. Emitir relatório periódicos internos sobre a execução orçamental do Sector que através do Director deverão ser submetidos à apreciação do Ministro;

- d)* Elaborar relatórios que aprovados pelo Ministro deverão ser enviados aos Órgãos Centrais do Planeamento e das Finanças de acordo com os prazos estabelecidos;
- e)* Desempenhar as demais funções que lhe forem atribuídas.

ARTIGO 9.º

(Das Competências dos Chefes de Departamento)

1. Aos Chefes de Departamentos compete especialmente:

- a)* Coordenar, organizar e controlar as actividades dos respectivos Departamentos;
- b)* Dar cumprimento a todas as tarefas delegadas e orientadas pelo Director do Gabinete;
- c)* Elaborar e acompanhar a execução de actividades do Departamento;
- d)* Prestar ao Director do Gabinete do Planeamento e Estatística informações regulares das actividades de Departamento;

- e)* Efectuar estudos e emitir pareceres sobre questões da sua área ou especialidade;
- f)* Participar no Conselho de Direcção e outras que for expressamente convocado;
- g)* Submeter à apreciação superior de todos os assuntos que carecem de decisão neste nível;
- h)* Velar pela disciplina e bom ambiente de trabalho ao nível dos Departamentos.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

ARTIGO 10.º

(Resoluções de dúvidas)

As omissões e dúvidas suscitadas da aplicação do presente Regulamento são resolvidas por Despacho do Ministro.

ARTIGO 11.º

(vigência)

Este Regulamento entra em vigor na data da sua publicação.

O Ministro, *José Luís de Matos Agostinho*.